

IPEA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL  
IPLAN - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

CÓDIGO DE CHAMADA  
ÁREA ST TIPO ANO NÚMERO V

FOLHA DE ROSTO DE NOTA TÉCNICA  
ÁREA IPLAN SETOR PMACI NÚMERO DATA 24.02.87

CÓDIGO DE ENTRADA NO PLANINDOC

TÍTULO  
"PLANO DIRETOR PARA PROTEÇÃO E MELHORIA DO MEIO AMBIENTE" - RECOMENDAÇÕES RELATIVAS A QUESTÃO INDÍGENA

AUTOR  
ISA MARIA PACHECO ROGEDO  
MARIA AUXILIADORA DE SÁ LEÃO

ORIGEM  
ELETROBRÁS

INTERESSADO

ÓRGÃO EXECUTOR

DATA ENTRADA

DESCRIPTORIOS ( MAXIMO: 5 )

APROVAÇÃO ( USAR O VERSO SE NECESSÁRIO )

COORDENADOR DE SETOR

COORDENADOR DE AREA

CEDI - P. I. B.  
DATA 07/01/88  
COD. E3D00023

SUPERINTENDÊNCIA

TEXTO

Através da resolução nº 001 de 23.10.86, o CONAMA destaca quatro pontos básicos como instrumento de uma política nacional do meio-ambiente. A ELETROBRÁS os insere no Plano Diretor para melhoria do meio-ambiente nas obras do Setor Elétrico, onde são utilizados como diretriz para execução do Plano de Recuperação do Setor de Energia Elétrica (PRS) aprovado em 1985. O não aprofundamento dos estudos sobre o impacto ambiental e as populações indígenas, em fase anterior a aprovação do PRS, levou a que as propostas apresentadas no Plano Diretor não considerasse o real universo atingido pela ação das UHE.

No que se refere às populações indígenas, temos propostas de ação apenas para os grupos diretamente atingidos pela cota de inundação, não sendo considerados aqueles afetados /max.

tados pelas linhas de transmissão ou aqueles sob influência indireta das UHE. É necessário considerar antes, a área de influência do Projeto, com estudos sobre as eventuais mudanças no regime de chuvas, no clima, na hidrografia, o desaparecimento de espécies da flora e fauna que irão afetar estas sociedades, que tem sua organização sócio-econômica diretamente relacionada com a natureza.

Assim sendo, acreditamos ser essencial uma divisão nas propostas de ação considerando as usinas já em funcionamento ou em fase executiva, que requer um plano emergencial que estará sendo efetivado ã posteriori, e, aquelas ainda em fase de inventário ou de Projeto básico onde se possa intervenir a anteriori, ou mesmo se estudar soluções alternativas, visando menor impacto ambiental sobre as populações tribais.

De suma importância se mostra a proposta de indicação em mapa das áreas indígenas afetadas pela UHE do PRS, necessário se faz, a mesma ação para o Projeto 2 000 e 2010, única forma de viabilizar planos preventivos e busca de soluções alternativas, considerando também a minimização do custo social destes empreendimentos. Quanto a assinatura de Convênio com a FUNAI, que este não venha apenas servir para legitimar as obras do setor elétrico. É importante que se considere a participação das populações indígenas em toda as fases dos Projetos, objetivando um melhor equacionamento das questões que afetam diretamente estes povos. Visando maior sistematização dos dados, analisaremos cada UHE prevista no PRS e sua interferência nas áreas indígenas, propondo algumas medidas que venham minimizar o desgaste destas comunidades.

/max.

UHE Tucurui

Grupos afetados: Parakanã  
Gavião  
Gavião da Montanha  
Guajajara

A Eletrobrás no seu Plano Diretor tão somente levou em consideração o grupo indígena Parakanã, atingido diretamente pelo alagamento de Tucurui. No entanto, vários outros grupos receberam e receberão o impacto ou interferência desta hidrelétrica.

O que se propõe é o estudo caso a caso, com análise detalhada dos efeitos, sejam eles diretos ou indiretos, sobre os diversos grupos atingidos e que as medidas de proteção ao índio sejam tomadas ã anteriori, assegurando, desse modo, seus direitos.

É oportuno enfatizar que dentro do complexo Tucurui, o grupo indígena Gavião da Montanha, apesar do Decreto Estadual nº 252 de 09.03.1945 que lhe assegurava uma gleba na margem direita do Tocantins, teve sua área inundada sem indenização equivalente em terra, sendo sumariamente transferido para Mãe Maria.

Por outro lado, os Gavião de Mãe Maria surpreenderam em 1976, uma equipe de topografia da Eletronorte, que fazia medições na Reserva para passagem de linha de transmissão.

Indispensável falar dos prejuízos provocados pela linha de 150 m de largura e 19 km de extensão, que alte/max.

rou inclusive o sistema econômico deste povo coletor, destruindo os castanhais, espantando a caça e abrindo caminho para as invasões.

Estas mesmas linhas de transmissão atingem agora os Guajajara, através das obras previstas de integração Norte/Nordeste.

#### Recomendações

##### Grupo Parakanã

1. Revisão dos limites demarcados e complementação da demarcação da área Parakanã.
2. Revisão das indenizações em conjunto com a comunidade.
3. Estudo da situação atual do Grupo com ênfase na área de saúde, seu processo de adaptação ao novo território, qualidade de vida etc, com proposições de medidas que visem menor dependência da FUNAI.
4. Controle de Invasões.

##### Gavião

1. desintrusamento da área.
2. Controle de Invasão.
3. Reestudo das indenizações por juristas e antropólogos.

/max.

4. Análise detalhada da situação atual dos Indios.

Gavião da Montanha

1. Indenização em terras, equivalente a área inundada, com participação do grupo na escolha do território.

2. Indenização que preveja o deslocamento e infra-estrutura necessária a fixação do grupo.

3. Estudo e localização da família indígena que se negou a ser transferida para Mãe Maria.

Guajajara

1. Avaliação das aldeias a serem atingidas pe la linha de transmissão.

2. Propostas de indenizações elaboradas por juristas e antropólogos com total participação das comunida des.

## UHE Balbina

Na caracterização da UHE Balbina e na descrição dos principais efeitos ambientais é desconsiderado pelo Plano Diretor a presença de povos indígenas autônomos, assim como minimiza os efeitos sobre os Waimiri e Atroari, considerando apenas a inundação sobre o que designa de área de perambulação indígena.

Na realidade a área Waimiri Atroari não se encontra demarcada. Em 1981, foi interditada e reduzida em 526 000 ha, visando a inundação de Balbina. Os índios tiveram suas aldeias compulsoriamente transferidas e foram proibidos de utilizarem esta parte do seu Território imemorial. Qualquer ação nesta área deverá também privilegiar estes fatos.

No que se refere ao denominado território de perambulação se faz necessário um maior entendimento sobre estas terras, ligadas na maioria dos casos a economia e organização dos povos de floresta. É importante um estudo sobre a fauna e flora desta região e como os índios a utilizam em seu cotidiano.

## Recomendações

1. Demarcação da Área Indígena Waimiri-Atroari
2. Plano de Controle de invasão e desintrusão da Área Indígena
3. Indenização sobre a área a ser inundada e pela já anteriormente reduzida. As indenizações poderão ser em terra similar ou em bens e serviços para a comunidade.

4. Participação dos índios no processo de decisão, assim como assessoramento jurídico e antropológico.

5. Localização dos povos autônomos no interior e fora da área em questão.

6. Garantia Territorial para estes grupos.

7. Estudos visando maior conhecimento dos efeitos da barragem sobre o clima, a hidrografia, fauna, flora e os seus reflexos sobre a economia, alimentação etc. dos Waimiri-Atroari e dos povos autônomos.

8. Estudo objetivando análise do impacto do contato dos Waimiri-Atroari com a trabalhadores empregados na barragem, assim como a higidez do grupo após estes contatos.

9. Equacionar os problemas que afetam as populações indígenas antes do alagamento e se necessário retardá-lo até a solução destas questões.

10. Viabilizar o acesso da população indígena ao lago de Balbina o que não aconteceu em Tucurui, em cujas margens foram assentados posseiros que atualmente vêm desmatando o local e abrindo caminho para novas invasões na área indígena Parakanã

11. Estudo dos efeitos da barragem particular construída pela mineradora Taboca sobre a área em questão.

12. Analisar as medidas alternativas de aproveitamento de energia, como as propostas pelo físico Goldemberg e alguns biólogos.

UHE. Viramundo/Cachoeira Porteira

Grupos afetados: WAI-WAI, XIXKARIANA, KAXUWANA, AUTÔNOMOS: XOWIANA, TURUWIANA, XEREU, MAWAYANA, AKRIANA, WAI-WAI, KARAFAWANA, FARIKOTÓ, KAXUYANA, KATUENA, TYKYANA, MAYFURI XANA, TXACUNTÁ, TUNAIANA, FASKYANA, DOROYANA.

Sem dúvida o maior contingente indígena a ser atingido por uma hidrelétrica, constituindo povos diferenciados que ocupam o Médio Mapuera e seus afluentes.

São numerosos os grupos isolados sem estimativa populacional.

Os estudos sobre os índios desta área são superficiais e a presença da FUNAI é meramente figurativa.

Apesar do término dos estudos de viabilidade desta UHE ter se dado em 1986, o impacto sobre os índios começou em 1981, quando a Eletronorte abriu 35 clareiras, ocupou a área com uma população não índia flutuante e permanente, empregou índios como mão-de-obra barata e instalou no local uma base de apoio para as pesquisas.

Desde esta época foram realizados estudos visando a demarcação da área indígena. No entanto, nenhuma medida até agora foi concretizada. Apesar do conhecimento sobre grupos autônomos nas imediações, que mantêm inclusive laços de parentesco com aqueles já contatados, nada se fez para assegurar-lhes o seu território.

O assessoramento da FUNAI à Eletronorte se restringiu a permissão para utilização da área indígena e não houve até então participação destes povos no processo decisório.

O Plano Diretor da Eletrobrás não aprofunda a questão indígena desta área e apesar da previsão de inundação de uma superfície de 912 km<sup>2</sup>, podendo inclusive atingir aldeamentos, este fato não é considerado. Não encontramos propostas de estudos das mudanças que possam ocorrer na hidrografia e as consequências para a população indígena que utiliza a própria cachoeira como passagem para manutenção de contatos com índios de outras regiões, da mesma família, estreitando



os laços de troca, parentesco e casamento. A construção da UHE Cachoeira Porteira interferirá assim, na própria organização social e na economia dessas sociedades.

#### Recomendações

1. Demarcação da area Nhamundã-Mapuera e estudos visando a garantia Territorial para os grupos autônomos.
2. Desintrusão da área indígena e Plano de Controle das invasões.
3. Indenização aos índios pela abertura de clareiras e demais prejuízos causados na fase de estudos de viabilidade.
4. Interrupção da utilização do trabalho indígena e concientização destes sobre o real significado da barragem.
5. Participação dos índios no processo decisório e assessoramento jurídico e antropológico.
6. Comprovação da ausência de alternativas para a construção da UHE nos termos do art 20 da Lei 6001/73
7. Caso seja imprescindível a Construção da Usina neste local que seja contratada uma equipe de consultoria composta de advogado e antropólogos que possam assessorar os índios em suas negociações com a FUNAI e a Eletronorte e que seja retardado o início das obras até equacionamento das questões pendentes e solução do problema de garantia territorial.
8. Estudo visando mudança do regime dos rios, das chuvas, desaparecimento de espécies da flora e fauna e a importância desses elementos na organização social, política e econômica dos povos indígenas.
9. Plano de assistência de saúde e avaliação do contato destes grupos com os trabalhadores do canteiro de obra.
10. Mapeamento da área a ser inundada e as aldeias atingidas.

11. Reavaliação técnica do complexo de Hidroelétricas nas bacias próximas a área indígena Hnamundã-Mapuera e seus impactos sobre os povos autônomos dos rios Jatapu, Mapuera, Cachorro e Erepecuru.

UHE Paredão/Mucajá

Grupo afetados: Yanomani, Macuxi e Wapixana

Embora a cota de inundação prevista para esta UHE seja considerada pequena, ela afeta direta e indiretamente o povo Yanomani, considerado o maior grupo indígena praticamente autônomo.

A interferência desta obra nesta população já teve início. A construção de uma estrada e o contingente de 200 trabalhadores no local do futuro Canteiro de obra vem atraindo os Yanomani, povo nômade, para o local da construção. As consequências básicas serão no campo de saúde, uma vez que o canteiro de obra passa a ser disseminador de várias doenças, podendo acarretar uma grande mortalidade neste grupo.

Quanto aos Macuxi, prevê-se inundações em algumas aldeias. Estes índios já enfrentam graves problemas territoriais e a construção da Usina certamente agravará a questão. A Eletronorte propõe a elaboração de estudos e reconhece que as maiores dificuldades advirão do contato com os Yanomani. É importante um plano preventivo na região e análise de alternativas objetivando menor impacto sobre esta população indígena.

Recomendações

Yanomani

1. Demarcação do Território Yanomani em fase anterior ao início dos estudos de viabilidade.

2. Plano de controle de invasão e defesa da área contra a ação de garimpeiros.

3. Estudo de alternativas e avaliação do impacto da Usina sobre os índios.

4. Elaboração de um plano de saúde, controle das endemias através de programas de vacinação, e interferência direta nos casos de doenças advindas do contato com o canteiro de obra.

5. Conscientização dos índios sobre o significado da construção da UHE e participação destes no processo decisório.

6. Assessoria jurídica e antropológica através dos especialistas da área.

#### Macuxi e Wapixana

1. Avaliação sobre a cota de inundação em seu território.

2. demarcação das áreas indígenas e indenização em terras equivalentes.

3. Controle das invasões e desintrusamento

4. Levantamentos visando avaliar a situação dos diversos grupos próximos a área.

5. Conscientização dos índios sobre o significado da obra e participação dos mesmos no processo decisório.

6. Proteção àqueles eventualmente inseridos como mão de obra das construtoras.

UHE Samuel

Uru-Eu Wau-Wau

Grupos autônomos e  
Desaldeados

Apesar de aparentemente a Usina de Samuel não atingir qualquer grupo indígena, sabe-se de alguns grupos isolados em suas imediações além de outros desaldeados, dispersos por esta região.

As consequências sobre os Uru-Eu-Wau-Wau são imprevisíveis, visto este grupo autônomo utilizar-se do rio Jamari para atividades econômicas. O pouco conhecimento sobre a organização deste povo e mesmo a não localização de algumas aldeias, suscitam dúvidas sobre a abrangência do impacto da UHE de Samuel. Por outro lado, temos a presença de um número elevado de trabalhadores que após finalização da obra poderão invadir a Área Indígena.

A Eletrobrás em seu Plano Diretor apenas admite a possível presença indígena e prevê novo reconhecimento da área de influência do reservatório. Quanto ao sistema de transmissão, nada é colocado sobre que áreas irá atingir.

Recomendações

1. Estudo e Avaliação do impacto da UHE-Samuel sobre os índios autônomos, dispersos ou em contato.

2. Avaliação das mudanças na hidrografia, clima, flora e fauna e como estes fatores podem atingir e inter

ferir na organização social e econômica dos grupos, direta ou indiretamente, atingidos pela barragem.

3. Mapeamento da cota de inundação e das linhas de transmissão objetivando uma maior visualização da área de influência da Usina.

4. Homologação da Área Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

5. Plano de controle de invasões e retirada imediata dos invasores que encontram-se na área indígena e/ou no Parque Nacional dos Pacaã-Nova.

6. Criação imediata de Postos de Vigilância como forma de impedir novas invasões.

7. Estudo visando controle das endemias e avaliação da saúde dos povos indígenas atingidos e dos trabalhadores das imediações que porventura possam entrar em contato com estes povos autônomos.

8. Reestudo do aproveitamento das três hidrelétricas a serem construídas nesta região; Ji-Paraná, Samuel e Ávila e comprovação da inexistência de outras alternativas.

UHE Ji-Paraná

Grupos atingidos: Gavião, Arara, Tenharim, Zoró e Autônomos

De acordo com a Eletrobrás a UHE Ji-Paraná está em fase de inventário, porém sabe-se com certeza que esta atingirá parte da área Indígena Igarapé Lourdes, além de áreas de colonização e a Reserva Biológica do Jaru.

As propostas apresentadas para minimizar o impacto sobre a população indígena são de compensação territorial da reserva. Novamente não é mencionada a área de influência da UHE e o impacto que advirá com as linhas de transmissão e quais os outros grupos atingidos.

Na área indígena Igarapé Lourdes já houve interferência sobre a população indígena visto a FUNAI ter permitido a CNEC, pesquisar em território tribal sem a prévia consulta aos Gavião e Arara. As propostas devem assim vir precedidas de estudos junto ao grupos indígenas que até o momento se mostram contrários a obra, principalmente pela importância religiosa do rio Machado e do Ig. Lourdes. Nas margens do Ji-Paraná há seringais e acampamento de caça, além de abastecerem-se durante a seca, com peixes.

Recomendações

1. Reavaliação da construção da UHE Ji-Paraná e estudo de alternativas e do impacto sobre os índios e meio-ambiente.

2. Caso se constate a real necessidade da obra que seja feito um Programa Preventivo, com conscientização da população indígena sobre os efeitos de uma hidroelétrica.

3. Participação dos povos Gavião e Arara em toda as etapas do empreendimento.

4. Assessoramento Jurídico e antropológico em quaisquer negociações.

5. Controle de invasões.

6. Estudo dos impactos sobre os outros povos indígenas. Num primeiro momento acreditamos que serão atingidos os Tenharim, Zorõ e autônomos localizados no Madeirinha.

7. Garantia territorial aos grupos autônomos e demarcação da área indígena Tenharim.

8. Controle de invasão, desintrusamento e Decreto de Demarcação da A. I. Zorõ.



UHE Ávila

No quadro de populações atingidas pelas UHE's do PRS, não se prevê a população indígena atingida pela UHE de Ávila. No entanto, próxima a área prevista para a construção temos a área indígena Tubarão/Latundê e possivelmente grupos autônomos. É necessário um estudo aprofundado, pois mesmo se não forem atingidos pelo reservatório, nada foi levantado sobre a área de influência indireta desta barragem.

Recomendações

1. Estudo de alternativas considerando a construção das Usinas de Samuel e Ji-Paraná.
2. Localização, proteção e garantia aos grupos autônomos caso estes se encontrem na área de influência da Usina.
3. Estudo do impacto de Ávila sobre os Tubarão/Aikanã e Latundê. Caso a inundação ou as linhas de transmissão atinjam seu território que sejam estes povos indenizados em terra equivalente.
4. Plano de controle de invasões e assistência no campo de saúde.
5. Participação dos índios no processo decisório.
6. Plotagem em mapa da área de inundação e da passagem das linhas de transmissão.

UHE Manso

O Plano Diretor da Eletrobrás não traz qual quer referência sobre a presença indígena na área de influência direta ou indireta do Reservatório. Há porém afirmativas de que esta Usina poderá atingir os Bakairi. A não plotagem em mapa do alagamento, linha de transmissão etc, não permite uma avaliação do impacto sobre este povo que habita duas áreas, A.I. Bakairi, município de Guimarães e A.I Santana, no município de Nobres.

Recomendações

1. Plotagem em mapa da UHE-Manso e as áreas indígenas próximas.
2. Estudo dos impactos sobre populações indígenas adjacentes e sobre os rios. Análise dos efeitos diretos ou indiretos sobre estas populações.
3. Caso atinja áreas Bakairi, seja implementado um controle de invasões e imediatamente desintrusada a área indígena.
4. Plotagem das linhas de transmissão, subestações etc.
5. Participação da população indígena no processo decisório, caso esta venha a ser atingida pelo alagamento, colocação de linhas de transmissão etc.

UHE's Serra da da Mesa e Cana Brava

Grupo atingido: Avã-Canoeiro

Este povo autônomo e nômade habita a região a ser atingida pelas duas UHE's. A maior preocupação é o desconhecimento da exata localização deste grupo e a sua população.

A solicitação do Diretor de Furnas à FUNAI em 6/05/85, de ser excluída a reserva indígena da área pretendida para o reservatório, demonstra o desconhecimento sobre a questão indígena e dos direitos desses povos ao seu Território imemorial. É inconcebível qualquer tentativa de transferência do grupo para outra área. Estes realocamentos compulsórios tem se mostrado genocidas e etnocidas. É necessário equacionar o assunto de forma a garantir aos Avã-Canoeiro a manutenção de sua cultura no interior de seu próprio Território.

Recomendações

1. Localização do grupo e garantia Territorial
2. Plano de controle de invasões
3. Estudo sobre o impacto ambiental e sócio-econômico sobre as terras destes índios.
4. Assessoria jurídica e antropológica
5. Controle de endemias junto a população envolvente, impedindo a contaminação destes índios que ainda sem contato carecem de resistência às doenças da nossa sociedade.
6. Estudo de alternativas.

## UHE Machadinho

A construção desta Usina afetará áreas de colonização e uma população de 14.500 pessoas entre elas índios kaingang que terão sua aldeia inundada. Concordamos que os sítios arqueológicos deverão ser salvos, porém nossa preocupação básica é com os grupos populacionais e com os povos tribais. Os índios do sul do país no decorrer deste século foram sucessivamente espoliados e sua cultura desagregada. O impacto da hidroelétrica será mais um fator de desestruturação, inclusive por atingir área rica em recursos naturais, em região com grandes impactos sobre o meio-ambiente.

A pressão sobre a terra tenderá a aumentar com a redução de áreas de agricultura.

Os índios kaingang já estão conscientes do significado da barragem e suas reivindicações foram listadas por antropólogos da UFRS. Isto não elimina os seus problemas que não foram totalmente equacionados. Segundo algumas fontes há resistência da Eletrosul em indenizar os índios, o que não procede visto o art. 20 da própria Lei 6.001/73.

## Recomendações:

1. Indenização em terras iguais ou equivalentes e em bens já listados pelos índios.
2. Assessoramento jurídico e antropológico.
3. Reavaliação dos estudos realizados pela UFRS em 1980.
4. Avaliação do impacto da UHE-Machadinho sobre áreas indígenas vizinhas, assim como, sobre mudanças significativas no meio-ambiente.

5. Plano de controle de invasões

6. Estudo visando reavaliação das demais Usinas previstas pela Eletrosul e seu impacto sobre as demais áreas indígenas.

UHE - Itaparica

Apesar de afetar cinco grupos indígenas, a CHESF sô considera a presença dos Tuxã na área de influência da UHE-Itaparica.

A questão destes índios se encontra mal-resolvida e o próprio reassentamento desta população em área diferenciada com perda de sua única Ilha, será mais um elemento desagregador.

É necessário um estudo conjunto da situação dos índios do Nordeste, hoje compulsoriamente inseridos na sociedade nacional e avaliação do impacto de Itaparica sobre os grupos Pankararû, Pankararê, Trukã e Atikum.

Recomendações

- Estudo da situação dos cinco grupos indígenas atingidos pela UHE - Itaparica.

- Regularização fundiária das áreas demarcadas e demarcação imediata das ainda não decretadas.

- Avaliação do impacto ambiental sobre a economia destas comunidades indígenas.

- Participação dos índios no processo decisório.

- Prioridade de acesso da população indígena ao lago, por serem os mais antigos povoadores do São Francisco.

- Plano de controle de invasões.

UHE - Itaipu

Apesar da existência do grupo Guarani de Ocoí na região da barragem de Itaipu o fato não vem sendo considerado pela Itaipu Binacional.

Os Guarani dispunham de mais de 1.500 ha. que foram alagados, e não receberam em troca terra equivalente, de acordo com o Estatuto Legal. Na área foram aplicados critérios de indianidade contrariando a própria prática indigenista brasileira, estabelecida na lei 6.0001/73.

Os Guarani apesar do esbulho sobre suas terras e prática secular de tentativa de deculturação, mantêm vivos os aspectos fundamentais de sua cultura e sua identidade étnica, sendo considerados um dos povos indígenas de maior resistência à ação colonizadora.

A dispersão de algumas famílias indígenas e o reassentamento das restantes em área de 250 ha., não solucionou o problema.

É necessário uma revisão da indenização com critérios mais justos, que venham atender esta comunidade.

Recomendações:

1. Reavaliação da situação em que se encontram os Guarani de Ocoí, objetivando correção da indenização em terras e bens equivalentes.
2. Assessoramento jurídico aos índios e avaliação da situação dos índios Guarani do Paraguai.
3. Estudos sobre os impactos ambientais nesta comunidade.
4. participação dos índios no processo decisório.

#### Demais Usinas do PRS

No interior do PRS recomendamos estudos mais aprofundados sobre o impacto das UHE's Corumbá, Nova Ponte, Miranda, Capim Branco, Igarapava, Ita, Rosana, Três Irmãos, Taquaruçu, Posto Primavera, sobre as populações indígenas. É imprescindível o mapeamento e plotagem das cotas de alagamento e das linhas de transmissão objetivando maior segurança aos povos, tradicionais habitantes dos Estados do Sul, Leste e Norte do País.